



O COMPORTAMENTO DO TURISTA FLUMINENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Luciano Muniz Abreu  

Professor Dr. na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus
Seropédica
Contato: lmabreu@ufrjr.br

Eloise Silveira Botelho  

Professora Dra. na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Campus Urca
Contato: eloise.botelho@unirio.br

Matheus Gomes Lima  

Mestre em Cultura e Territorialidade pela Universidade Federal
Fluminense
Contato: matheusgomeslima@id.uff.br

Como citar: ABREU, L. M.; BOTELHO, E. S.; LIMA, M. G. O comportamento do turista fluminense em tempos de pandemia. *Formação (Online)*, v. 29, n. 55 - Dossiê, p. 103-132, 2022.

Recebido: 09/08/2021

Aceito: 11/02/2022

Data de publicação: 20/05/2022

Resumo

Este trabalho procura analisar o comportamento de turistas do estado do Rio de Janeiro nos 11 primeiros meses de acometimento da pandemia de Covid-19 no Brasil, confrontando-o com o gerenciamento dado pelo Estado à crise desencadeada no setor de turismo. Trata-se de extrato de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em rede pelo grupo de pesquisa “Turismo em tempos de pandemia: uma abordagem geográfica Multi e Trans-Escalar”. O foco centrou-se no comportamento dos turistas quanto à realização ou não de viagens a lazer durante o período pandêmico, a partir de 470 respostas obtidas com aplicação de questionário eletrônico, em que se atingiu um nível de confiabilidade de 95% e erro amostral de 4,52%. Metodologicamente, optou-se pela análise quantitativa dos dados com aplicação combinada de abordagem descritiva e multivariada. Estatisticamente, a amostra pode ser caracterizada como não probabilística e não estratificada. Os achados apontam que a atuação do poder público e sua capacidade de transmitir confiança em suas ações (em especial, em tempos tão adversos) parecem ter papel relevante nas decisões dos turistas quanto à realização de viagens. Isso denota, em grande medida, que os comportamentos dos turistas estão atrelados, para além de seu perfil socioeconômico, às ações e decisões tomadas na esfera administrativa pública, entendidas como práticas de segurança a serem seguidas. Conclui-se que o comportamento do turista fluminense está relacionado à dinâmica de mercado, mas, sobretudo, aos interesses em relação à manutenção da vida no contexto da crise sanitária sem precedentes em que o Estado tem forte influência.

Palavras-chave: Turismo. Pandemia Covid-19. Viagens a lazer. Turistas. Rio de Janeiro.

THE BEHAVIOUR OF TOURIST FROM RIO DE JANEIRO IN TIMES OF PANDEMIC

Abstract

This paper seeks to analyse the behaviour of tourists from Rio de Janeiro state in the first eleven months of the Covid-19 pandemic in Brazil, by confronting it with the State management of the crisis in the tourism sector. This is an extract from a wider network-developed survey by the “Tourism in Times of Pandemic: a Multi and Trans-Scalar geographical approach” research group. The focus was centred on the behaviour of tourists whether or not to travel for leisure during the pandemic from 470 responses obtained with an electronic questionnaire whereby a reliability level of 95% and sample error of 4.52%. Methodologically, we have opted for a quantitative analysis of data with a combined application of a descriptive and multivariate approach. Statistically, the sample can be characterized as non-probabilistic and non-stratified. The findings point to the action by authorities and their ability to convey confidence in their actions - especially in such adverse times - which seem to play a relevant role on tourists' decisions on the making of trips. This largely denotes the tourist's behaviours are tied - beyond their socioeconomic profile- to actions and decisions taken in public administration intended as security practices to be followed. It is concluded that the behaviour of the tourists from Rio de Janeiro state is related to market dynamics, but above all to the interests on the maintenance of life within the context of an unprecedented health crisis on which the State has a strong influence.

Keywords: Tourism. Covid-19 pandemic. Leisure travel. Tourists. Rio de Janeiro.

EL COMPORTAMIENTO DE LOS TURISTAS DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Resumen

Este trabajo analiza el comportamiento de los turistas del estado de Rio de Janeiro en los primeros 11 meses de la pandemia Covid-19 en Brasil, comparándolo con la gestión dada por el Estado a la crisis desencadenada en el sector turístico. Es un extracto de una investigación más amplia titulada “Turismo en tiempos de pandemia: un enfoque geográfico Multiescalar y Transescalar”. Centramos la atención en el comportamiento de los turistas en cuanto a realizar o no viajes de ocio durante el período pandémico, a partir de 470 respuestas obtenidas mediante la aplicación de un cuestionario electrónico, en el que se obtuvo un nivel de confiabilidad del 95% y un error muestral del 4,52%. Metodológicamente, optamos por el análisis de datos cuantitativos con una aplicación combinada de un enfoque descriptivo y multivariado. La muestra se puede caracterizar como no probabilística y no estratificada. Los hallazgos indican que el desempeño del gobierno y su capacidad para transmitir confianza en sus acciones parecen jugar un papel relevante en las decisiones de los turistas con respecto a los arreglos de viaje. Esto denota que el comportamiento de los turistas está vinculado, además de su perfil socioeconómico, a las

decisiones que se toman en el ámbito administrativo público. Se concluye que el comportamiento de los turistas del estado de Rio de Janeiro está relacionado con la dinámica del mercado, pero, sobre todo, con intereses en términos de mantener la vida en el contexto de la crisis de salud sin precedentes en la que el Estado tiene una fuerte influencia.

Palabras clave: Turismo. Pandemia Covid-19. Viajes de ocio. Turistas. Rio de Janeiro.

LE COMPORTEMENT DES TOURISTES DE L'ÉTAT DE RIO DE JANEIRO EN PÉRIODE DE PANDÉMIE

Résumé

Cet article cherche à analyser le comportement des touristes de l'État de Rio de Janeiro au cours des 11 premiers mois de la pandémie de Covid-19 au Brésil, en le confrontant à la gestion de l'État en ce qui concerne la crise déclenchée dans le secteur du tourisme. Il s'agit d'un extrait d'une recherche plus large développée par le groupe de recherche « Le tourisme en temps de pandémie : une approche géographique Multi- et Trans-Scalaire ». L'accent a été mis sur le comportement des touristes quant à l'opportunité ou non de faire des voyages de loisirs pendant la période de pandémie, sur la base de 470 réponses obtenues grâce à l'application d'un questionnaire électronique, dans lequel nous avons obtenu un niveau de fiabilité de 95 % et une erreur d'échantillonnage de 4,52 %. Nous avons opté pour une analyse quantitative des données avec une application combinée d'une approche descriptive et multivariée. L'échantillon peut être caractérisé comme non probabiliste et non stratifié. Les résultats indiquent que la performance du gouvernement et sa capacité à transmettre la confiance semblent jouer un rôle important dans les décisions des touristes concernant les arrangements de voyage. Cela dénote que le comportement des touristes est lié, outre leur profil socio-économique, à des actions et décisions prises dans la sphère administrative publique. Il est conclu que le comportement des touristes de l'État de Rio de Janeiro est lié à la dynamique du marché, mais, surtout, à des intérêts en termes de maintien de la vie dans le contexte de la crise sanitaire dans laquelle l'État a une forte influence.

Mots-clés : Tourisme. Pandémie de covid-19. Voyage de loisirs. Touristes. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, poucos meses após o aparecimento dos primeiros surtos de contaminação pelo coronavírus SARS-CoV-2 (agente patológico da Covid-19), na China, e sua expansão de forma epidêmica em outras partes do mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou seu status epidêmico para o nível pandêmico, lançando, assim, um alerta mundial que veio transformar, de modo repentino e bastante radical, a vida de milhões de pessoas e as práticas de atividades de todos os setores econômicos na escala global¹. Nesse primeiro momento da pandemia, com ausência de vacinas para prevenir a doença e limitação de intervenções médicas para tratá-la, foram impostas medidas não-farmacológicas para conter o seu avanço, tais como isolamento social e restrições de deslocamento (de pessoas, consumidores, trabalhadores e bens de consumo), o que acarretou impactos consideráveis nas relações interpessoais e na economia global, sentidos diretamente em diversas escalas. Assim,

¹ A declaração oficial de elevação para o status pandêmico da Covid-19 foi realizada pelo diretor geral da OMS, Tedros Adhanom, em 11 de março de 2020.

fluxos de pessoas em viagens, nas escalas internacional, regional e local, foram restringidos repentinamente, afetando práticas econômicas, que incluem o turismo e os serviços que compõem o sistema, tais como transportes, hospedagem, eventos, serviços de alimentação e bebidas, atrações etc., como já ocorrido em outras situações pretéritas de epidemias e pandemias.

A ocorrência de epidemias e pandemias na história da humanidade tem sido algo recorrente, com nível e alcance de impactos diferentes, a depender das características do agente patológico (transmissibilidade, letalidade, facilidade de mutação etc.), do grau de integração entre os países e regiões (intensidade no estabelecimento de contatos, relacionado, portanto, aos sistemas econômicos) e do nível técnico-civilizatório (facilidade no estabelecimento desses contatos)². O acúmulo do aprendizado adquirido a partir de experiências epidêmicas progressas tem ajudado na tomada de decisões para o controle dos episódios similares que eventualmente se sucedem. O SARS-CoV-2, todavia, tem se apresentado com maior grau de transmissibilidade e capacidade de mutação, quando comparado a outros tipos de coronavírus, o que, por sua vez, tem dificultado seu controle e aumentado os riscos de letalidade. Somam-se a isso outros fatores da contemporaneidade, como a facilidade de deslocamento da população mundial conectada por sistemas globais de transportes de massa (GÖSSLING *et al*, 2020).

Para Ujvari (2021, s/p), o papel e o comportamento humano são elementos comuns e importantes em todas as epidemias e pandemias vivenciadas pela humanidade. Segundo o autor, “[...] nenhuma epidemia nasce do nada, sempre tem o papel humano. Quer seja em alguma operação política, econômica, religiosa, social ou de invasão do meio ambiente”³. Ou seja, o surgimento e a disseminação de um novo agente infeccioso estão sempre relacionados à atuação humana. De igual modo, observa o autor, o comportamento humano também tende a se repetir: o desespero, o pânico, o medo, o caos social, a mudança de comportamento e a disseminação de informações falsas são apontados como tipos de comportamentos que tendem a se repetir em momentos de crises sanitárias ao longo da história. Gössling *et al*. (2020) complementam essa ideia ao afirmarem que o comportamento, no contexto da pandemia, é altamente influenciado por fatores relacionados à renda, aos custos e à percepção de risco de saúde, bem como aos meios de comunicação, fatores que alteraram consideravelmente as intenções de consumo de viagens turísticas.

² Ver Santos (2003).

³ Afirmação realizada durante a palestra “História das epidemias”, proferida para a aula inaugural do curso de pós-graduação da Fiocruz/PE.

Para Swarbrooke e Horner (2002), compreender o comportamento do turista tem como finalidade simplificar as relações entre os múltiplos fatores que influenciam decisões de compra e aquisição, envolvendo diversas variáveis que podem colaborar para a definição de estratégias mercadológicas de empresas do setor. Porém, as pesquisas científicas adotadas normalmente não realizam testes em realidades empíricas ou enfrentam dificuldades em acessar dados oficiais sobre fluxos de turistas. Especificamente nos estudos do comportamento relacionados a turismo, há uma forte influência da disciplina de marketing, entendendo o turista apenas como consumidor (SWARBROOKE; HORNER, 2002).

A compreensão do comportamento humano e social, de modo geral, possibilita a tomada de decisões de modo mais assertivo em todas as situações que envolvam pessoas, em diversas searas da vida, seja no nível interpessoal, na realização de negócios (conhecimento do mercado, por exemplo) ou na formulação de políticas públicas. Não por acaso, volume considerável de tempo e recursos financeiros são investidos em pesquisas destinadas a conhecer melhor o comportamento de determinados grupos sociais em diversos contextos. Partindo de uma abordagem do turismo como fenômeno social (KRIPPENDORF, 2001) e considerando a crise gerada pela pandemia, as contribuições do entendimento do comportamento de turistas podem ser ampliadas, no sentido de também orientarem as políticas públicas de saúde e aquelas direcionadas para apoiar o setor turístico.

Assim, nos momentos de crise, a compreensão dos comportamentos e de suas razões torna-se ainda mais relevante, na medida em que pode trazer indicativos importantes para tomada de ações que minimizem os impactos da crise, auxiliando seu gerenciamento e gerando aprendizado para o enfrentamento de situações similares que eventualmente possam ocorrer no futuro. Com isso, pode-se, ainda, acelerar processos inovadores e de transformação de hábitos e padrões comportamentais, considerando questões relacionadas ao mercado e, também, às políticas públicas de planejamento do turismo em destinos. De modo mais extremo, nos casos de crises sanitárias, como a que atualmente vivenciamos, tal conhecimento pode significar também a diferença entre o número de vidas poupadas e ceifadas.

No que se refere ao turismo, enquanto atividade que tem sua base assentada no deslocamento e interação de pessoas e lugares, é possível compreender o quanto as medidas restritivas de circulação e isolamento social implementadas em contextos pandêmicos impactam o setor, com redução drástica de fluxos e, por conseguinte, da dinâmica econômica dos lugares emissores e, em especial, receptores de turistas (PEARCE, 2002).

Tais impactos ganharam proporções consideráveis no setor do turismo a partir da década de 1970. Com o advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2003),

promoveu-se a integração cada vez maior da economia mundial, com o processo de globalização (ou mundialização do capital) e a compressão tempo-espço (HARVEY, 2005) que, por sua vez, facilitam os deslocamentos e o turismo em termos mundiais, alçando-o a um importante setor econômico em escala global e protagonista em algumas economias regionalizadas.

De acordo com Cacho e Azevedo (2010, p. 31), o turismo, na era informacional, é caracterizado pela

[...] aceleração no processo de consumo de bens e serviços turísticos mediante o uso das novas tecnologias, o conseqüente barateamento dos serviços turísticos em virtude da informatização dos processos das empresas e o fim dos intermediários, bem como o aumento do fluxo das viagens mundiais.

As novas tecnologias comunicacionais e informacionais, bem como os grandes avanços nos meios de transportes, com ganho de velocidade e barateamento de custos, impulsionaram sobremaneira o setor de turismo, com aumento também considerável dos fluxos de pessoas em circulação. Dessa forma, a interrupção, ainda que temporária, desses fluxos tende a trazer prejuízos econômicos de grande monta (PAGE, 2008).

No contexto atual, pela primeira vez na história da humanidade, há uma conjugação de fatores propícios ao estabelecimento de uma crise sanitária de grandes proporções: (i) um agente patológico de alta transmissibilidade, mutabilidade e com grande potencial de causar danos severos, dado o pouco conhecimento a respeito de seu processo de atuação no organismo humano; (ii) em um mundo caracterizado por alto grau de integração, facilidade de deslocamentos e necessidade de interação (permitidos pelo período técnico-científico-informacional), favoreceu-se, em grande medida, a rápida disseminação do agente patológico e da doença por todo o planeta.

Conforme apontado por Costa *et al.* (2021), as medidas sanitárias restritivas impostas por conta do cenário pandêmico acabaram por impactar, de modo intenso, os fluxos e as atividades características do turismo no Brasil em geral e, em especial, no estado do Rio de Janeiro, com a paralisação, num primeiro momento, quase que completa de todo o setor.

Nesse sentido, de modo a complementar essa análise, o presente trabalho tem por objetivo compreender o comportamento de turistas residentes no estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia da Covid-19, confrontando-o com o gerenciamento dado pelo Estado à crise desencadeada no setor de turismo. O foco centrou-se no comportamento dos turistas (em potencial) quanto à realização ou não de viagens a lazer durante o período pandêmico (dentro do recorte espacial delimitado), considerando-as como uma modalidade não

essencial, se comparadas àquelas relacionadas à saúde ou ao trabalho, por exemplo. Ou seja, centrou-se nas viagens em que o fator volitivo é preponderante na decisão de sua realização.

Os achados podem auxiliar e contribuir para adoção de medidas mais assertivas, relacionadas ao turismo, em cenários similares futuros, de modo a minimizar os impactos de crises sanitárias na atividade. Além disso, podem servir de subsídios para o estabelecimento de estratégias por parte do *trade* no (re)direcionamento e/ou adaptação de mercado em função do comportamento dos consumidores do turismo. Espera-se, ainda, que as reflexões aqui postas possam suscitar novas pesquisas a respeito do comportamento de turistas em outros cenários adversos.

NOTAS METODOLÓGICAS

O arcabouço metodológico do presente artigo tomou como base a análise quantitativa e qualitativa de dados levantados com a aplicação de questionário específico no âmbito da pesquisa em rede intitulada “Turismo em tempos de pandemia: uma abordagem geográfica Multi eTrans-Escalar”, que busca compreender os impactos e os efeitos da pandemia da Covid-19 na atividade turística no Brasil, Argentina, França, Portugal e Moçambique. Trata-se, portanto, de extrato de uma pesquisa mais ampla.

Assim, procura situar a compreensão do fenômeno da pandemia da Covid-19 dentro de uma matriz teórica que tem o materialismo histórico como base interpretativa, em que conceitos e categorias como “meio técnico-científico-informacional”, “globalização” e “compressão espaço-temporal” importam na contextualização do fenômeno.

Como uma das atividades integrantes do escopo da referida pesquisa, foi elaborado e aplicado um questionário que se debruçou em compreender o comportamento dos turistas brasileiros e moçambicanos no contexto pandêmico. No Brasil, foram computadas 3.669 respostas consideradas válidas, que compuseram a amostra da pesquisa, colhidas em 12 estados, escolhidos por abrigarem as diversas instituições de ensino e pesquisa às quais os pesquisadores do grupo estão vinculados⁴. Para cada um dos estados foi feita uma caracterização estatística da amostra, considerando o volume de respostas, o nível de confiabilidade e o erro amostral.

O questionário foi dividido em conjuntos de questões que objetivavam conhecer: (i) o perfil sociodemográfico da amostra; (ii) a realização ou não de viagens no período da pandemia;

⁴ Os estados são: AM, MA, MT, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, SP e SE. O questionário foi aplicado também em Moçambique, com ajustes em sua composição e resultados analisados em separado.

(iii) as motivações da realização ou não das viagens; (iv) as características das viagens (quando realizadas) e (v) outras questões relacionadas à percepção dos respondentes quanto à importância da vacinação e de medidas sanitárias e de enfrentamento da pandemia para realização de viagens.

A coleta dos dados foi realizada entre os dias 16 de março de 2021 e 24 de maio do mesmo ano, referindo-se ao recorte temporal compreendido entre os meses de abril de 2020 (primeiro mês subsequente ao reconhecimento da pandemia de Covid-19 em território brasileiro, por meio do Decreto Legislativo nº 006 de 20/03/2020) e fevereiro de 2021 (mês anterior ao início da aplicação dos questionários), abarcando, portanto, um horizonte temporal de 11 meses. Na coleta, foram utilizados o aplicativo *WhatsApp* e *mail-list* para divulgação do link (aberto) de acesso ao questionário, ou seja, os respondentes deveriam, de algum modo, ter acesso à internet.

Importa ressaltar que o recorte temporal abrange tanto o período imediatamente após a decretação do reconhecimento do estado de calamidade pública no país em função do coronavírus (cinco primeiros meses), caracterizado pela implementação das medidas de conteúdos mais restritivos (como os *lockdowns*, por exemplo), como também o momento posterior (após os cinco meses iniciais), quando se ensaia a retomada de algumas atividades a partir dos resultados obtidos com a implementação das medidas restritivas e da aplicação dos protocolos sanitários criados para tal fim.

Em termos estatísticos, a amostra pode ser caracterizada como não probabilística e não estratificada, tendo como única restrição, no processo de participação para composição da amostragem, a maioria civil dos respondentes.

De modo específico, este trabalho trata da análise dos resultados da aplicação do questionário, à luz dos objetivos estabelecidos, para o recorte espacial do estado do Rio de Janeiro que, segundo o Anuário Estatístico de Turismo de 2020, ocupa a segunda posição no *ranking* nacional em termos de fluxos internacionais e domésticos, bem como em termos de receitas e postos de trabalho ligados ao setor de turismo (BRASIL, 2020).

Para os turistas residentes no estado do Rio de Janeiro, a amostra contemplou 470 respostas consideradas válidas, atingindo um nível de confiabilidade de 95% e erro amostral de 4,52%. Os dados foram tratados, em termos estatísticos, com a abordagem descritiva, combinada, em alguns momentos, com a abordagem multivariada.

Cabe ressaltar, por fim, que o questionário contemplava algumas perguntas com possibilidade de múltiplas respostas, de modo que o somatório das respostas obtidas, nestes casos, poderia ser maior que o universo de respondentes.

A PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Antes de entendermos o comportamento dos turistas fluminenses, entretanto, faz-se necessário elucidar o quadro da pandemia no estado. Para tal, sublinham-se dois outros trabalhos, desenvolvidos no grupo de pesquisa, que se fizeram essenciais para esta etapa de análise. Nos artigos em questão, Abreu *et al.* (2021) e Costa *et al.* (2021) analisam os impactos socioeconômicos sobre o setor turístico, especificamente em certos municípios fluminenses classificados como categoria ‘A’ no Mapa do Turismo Brasileiro, elaborado pelo Ministério do Turismo, dada a importância do setor na economia local. Assim sendo, tais estudos nos auxiliam, permitindo alguns parâmetros para análise.

No cenário anterior à pandemia, o estado fluminense passava por um momento de tentativa de retomada econômica após os eventos internacionais que aconteceram ao longo das décadas de 2000 e 2010. Como amostra dessa trajetória, pode-se citar o Decreto Estadual nº 45.692, de 17 de junho de 2016, em que foi deflagrado “estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira” no estado (COSTA *et al.*, 2021, p. 5-6).

Tal inflexão, em sintonia com o “contexto de crise econômica e política nacional”, afetou “também o setor de turismo no município e no Estado do Rio de Janeiro” (COSTA *et al.*, 2021, p. 6). Como apontam os autores, estado e capital permaneceram em recessão econômica até o ano de 2018. De 2019 a 2020, quando o setor turístico esboçava alguma reação - por exemplo, nos números do carnaval na capital carioca -, acontece a crise sanitária.

Ao passo que a pandemia foi decretada mundialmente, a partir de março de 2020, governantes de vários municípios do estado do Rio de Janeiro decretaram barreiras sanitárias para impedir a circulação do vírus (ABREU *et al.*, 2021). Sobre o estado, dissertam Costa *et al.* (2021, p. 7):

No âmbito estadual, em 16 de março de 2020, por meio do Decreto nº 46.973 (RIO DE JANEIRO, 2020c), foi reconhecida a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do contágio e das medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus, foi criado o Gabinete Ampliado de Crise para Assessoramento ao Enfrentamento das Novas Etapas da Pandemia de Covid-19, através do Decreto nº 47.020, de 03 de abril de 2020.

Vale citar que, dado o período estudado por Costa *et al.* (2021), a taxa de letalidade no estado do Rio de Janeiro registrou números maiores que o cenário nacional – 5,6% e 2,4%, respectivamente. Os autores ainda afirmam que “a Defensoria Pública do estado (...) divulgou um estudo indicando que na região metropolitana, aproximadamente duas mil pessoas infectadas pela Covid-19 faleceram enquanto aguardavam internação” (LACERDA, 2020,

apud COSTA *et al.*, 2020, p. 7). Tais quadros ajudam a elucidar a gravidade da situação fluminense.

Uma das respostas, em âmbito estadual, para buscar controle dos casos de Covid-19, veio através do Pacto Estadual Social pela Saúde e Economia. Trata-se de um sistema que procura avaliar a situação da pandemia em cada município, baseado na “taxa de ocupação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e taxa de crescimento de novos casos da Covid-19” (ABREU *et al.*, 2021, p. 81). A depender do caso, cada município recebia uma bandeira (verde, amarela ou vermelha) para sinalizar medidas necessárias e permitidas para cada momento. Conforme leitura dos autores Costa *et al.* (2021), o Pacto Estadual indica “flexibilização ou a suspensão de atividades comerciais e a circulação de pessoas com o objetivo de orientar a sociedade fluminense quanto às condições necessárias para a retomada das atividades econômicas” (RIO DE JANEIRO, 2020, *apud* COSTA *et al.*, 2021, p. 7).

Em relação às ações especificamente para o setor do turismo,

[...] o governo do estado criou o “Selo Turismo Consciente”, em junho de 2020, no qual empresários do setor têm acesso a um portal on-line, declarando-se aptos à prestação de serviços. Com isso, permitiu-se o controle do que está ou não funcionando no estado do Rio de Janeiro, sendo atualizado por cada prefeitura. Em dezembro, foi lançado o projeto “Rio o seu melhor presente”, que se trata de uma plataforma digital em que produtos turísticos de todo o estado são promovidos, sendo oferecidos descontos especiais para os consumidores, a fim de estimular o retorno às viagens (COSTA *et al.*, 2021, p. 7).

Como medidas de retomada, pode-se citar ainda o encontro “Rio de Mãos Dadas: Juntos na Retomada da Economia”. Tendo acontecido virtualmente em janeiro de 2021 e reunido diversos representantes fluminenses, o evento “evidenciou o tom otimista para a retomada do turismo no estado do Rio de Janeiro” (COSTA *et al.*, 2021, p. 3).

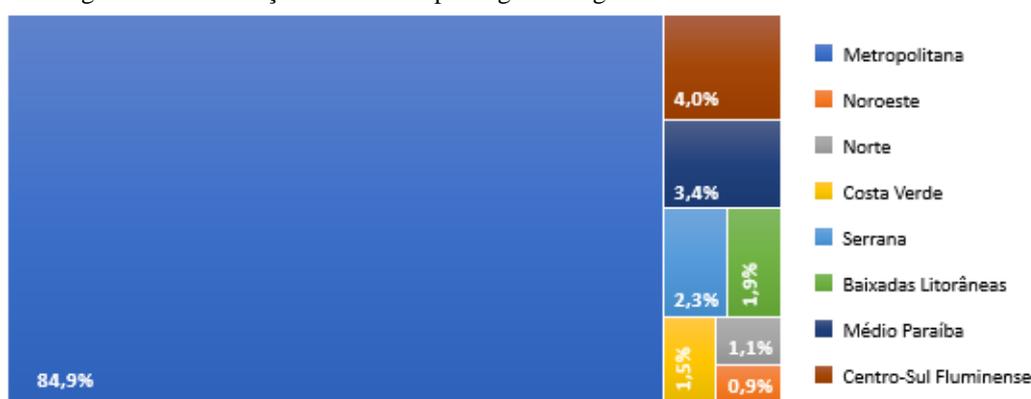
Cabe destacar um discurso que expressou as expectativas, naquele momento, para um futuro próximo do turismo no estado, realizado pelo governador Cláudio Castro, e que demonstrou animação no “turismo de proximidade”. O político pontuou que “o Estado se encontrava preparado para receber o turista, tanto no quesito segurança pública, quanto em relação ao atendimento hospitalar”, não sem reconhecer a situação de filas para vagas nos hospitais estaduais (COSTA *et al.*, 2021, p. 3).

Essa postura, também compartilhada com o prefeito do Rio de Janeiro, traz rebatimentos no comportamento do turista fluminense, como se verá adiante.

NOTAS SOBRE O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA AMOSTRA

A distribuição geográfica da amostra fluminense apresenta evidente concentração em sua região metropolitana (RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro), abrigando 84,9% dos 470 respondentes da pesquisa no estado, seguida das seguintes regiões de governo: Centro-sul (4,0%), Médio Paraíba (3,4%), Serrana (2,3%), Baixadas Litorâneas (1,9%), Costa Verde (1,5%), Norte (1,1%) e Noroeste, que concentrou 0,9% da amostra (Figura 1). Ressalte-se que é na RMRJ onde se concentra a população estadual (74,01%).

Figura 1 - Distribuição da amostra por regiões de governo do estado do Rio de Janeiro

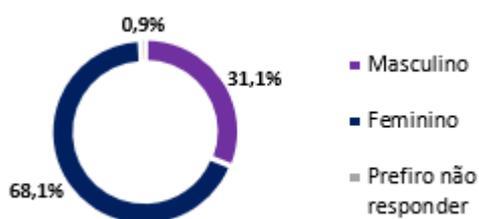


Fonte: Elaborado pelos autores.

A distribuição por gênero apresenta uma predominância de respondentes do gênero feminino que perfaz 68,1% dos respondentes, contra 31,1% do gênero masculino, havendo 0,9% que optaram por não identificar seu gênero (Figura 2).

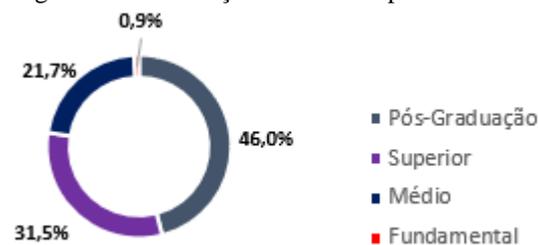
No que se refere à escolaridade, a amostra contempla majoritariamente respondentes com nível de pós-graduação concluída (46%), seguida de respondentes com nível superior (31,5%), médio (21,7%) e fundamental, com participação ínfima, correspondendo a 0,9% da amostra (Figura 3).

Figura 2 - Distribuição da amostra por gênero



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 3 - Distribuição da amostra por escolaridade

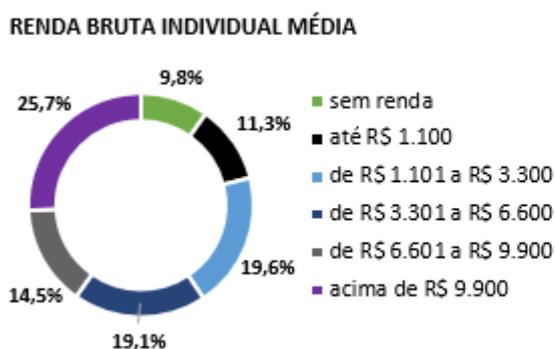


Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados tabulados a respeito da renda bruta mensal individual (média) denotam que grande parte dos componentes da amostra possui renda elevada, se comparada à média brasileira. Cerca de 40% dos respondentes possuem renda mensal individual média superior a R\$ 6.601,00, enquanto 9,8% não possuíam renda e 11,3% tinham renda de até R\$ 1.100,00 (Figura 4). A faixa intermediária apresenta 19,6% de respondentes com renda entre R\$ 1.101,00 a R\$ 3.300,00 e 19,1% com rendimento individual mensal médio entre R\$ 3.301,00 a R\$ 6.600,00.

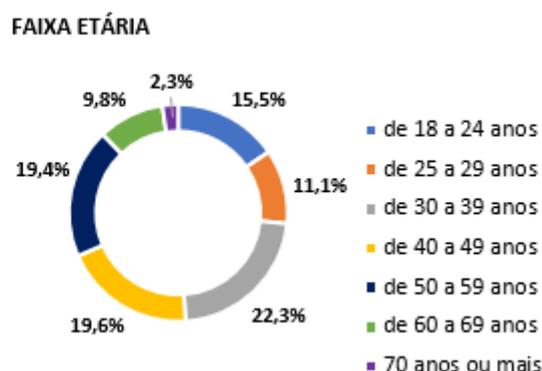
Em termos etários, a amostra é composta majoritariamente por indivíduos jovens e de meia idade, com participação menor de respondentes com idade superior a 60 anos (12,1%). A Figura 5 apresenta a predominância na amostra de indivíduos na faixa etária de 30 a 39 anos (22,3%), seguida das faixas de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos que apresentam participação equitativa (19,6% e 19,4%, respectivamente).

Figura 4 - Renda bruta individual média da amostra



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5 - Distribuição da amostra por faixa etária



Fonte: Elaborado pelos autores.

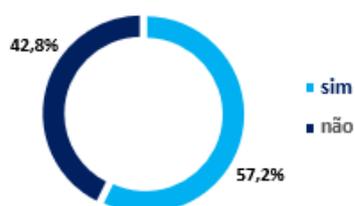
ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção analisa o comportamento em relação às viagens turísticas a lazer de residentes no estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia da Covid-19, confrontando-o com o gerenciamento dado pelo Estado à crise desencadeada no setor de turismo. Para tanto, verifica, primeiramente, a correlação entre aspectos característicos da amostra (escolaridade, faixa etária e rotina de trabalho) e viagens (a); posteriormente, analisa os fatores que influenciaram a não viajar (b) e a viajar (c) e, no caso daqueles que viajaram, para que destinos e como se caracteriza a viagem e tipo de meio de hospedagem utilizado (d), destacando aspectos relacionados à distância e modais de transporte utilizados (e) e medidas

adotadas para proteção (f). Por fim, relaciona as ações do poder público, vacinação e realização de viagens (g).

A Figura 6 apresenta o percentual dos respondentes quanto à realização ou não de viagens a lazer no recorte temporal definido. É possível observar que, durante o período delimitado, a maior parte dos respondentes (57%) realizou, pelo menos, uma viagem relacionada a lazer.

Figura 6 - Respondentes que realizaram viagens a lazer



Fonte: Elaborado pelos autores.

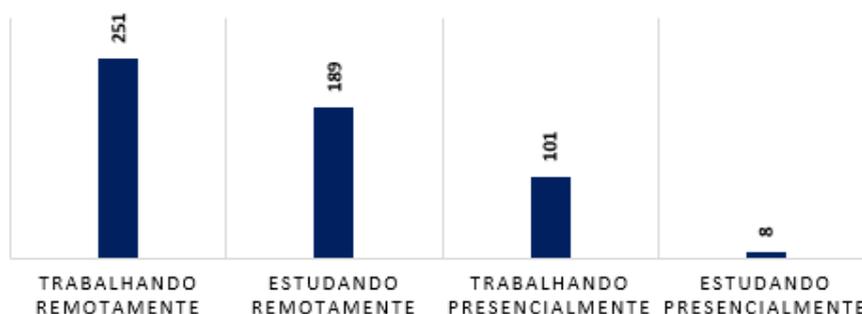
Rotina de trabalho e estudo durante a pandemia, características socioeconômicas e suas relações com as viagens de lazer

Compreender a rotina de trabalho e estudos durante a pandemia é considerado determinante para dimensionar a disponibilidade em viajar, em paralelo aos aspectos relacionados ao perfil da amostra. Interessam-nos aquelas rotinas diretamente relacionadas às atividades de trabalho e estudo, enquanto variável possivelmente correlacionada à realização ou não de viagens de lazer durante o período pandêmico.

Assim, os respondentes foram perguntados a respeito de suas rotinas de trabalho e estudo durante o período pandêmico⁵. De forma geral, os dados apresentados na Figura 7 mostram uma predominância na realização de atividades (trabalho e estudo) de modo não presencial.

⁵ As opções de respostas eram: (i) Estou trabalhando em casa (trabalho remoto); (ii) Estou estudando em casa (ensino remoto); (iii) Estou trabalhando presencialmente; (iv) Estou estudando presencialmente na escola/universidade.

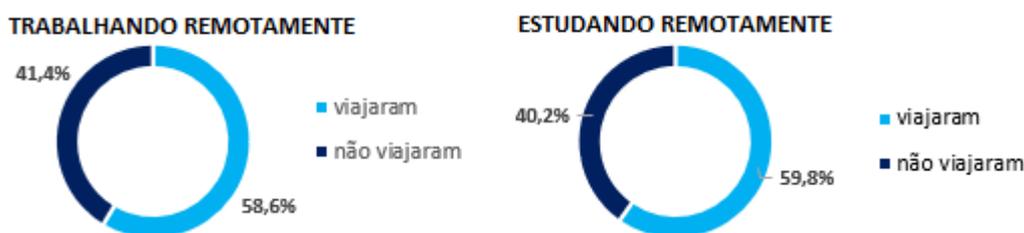
Figura 7 - Atividades presenciais e remotas durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando cruzados os dados a respeito da rotina de trabalho e estudo com a realização de viagens de lazer, observou-se que, no cluster daqueles que indicaram estar trabalhando remotamente, a maior parte realizou viagens (58,6%) contra 41,4%, que não realizaram. O mesmo pode ser observado no cluster daqueles que estavam estudando de modo remoto, em que se observa que 60% aproximadamente viajaram, enquanto cerca de 40% não viajaram (Figura 8).

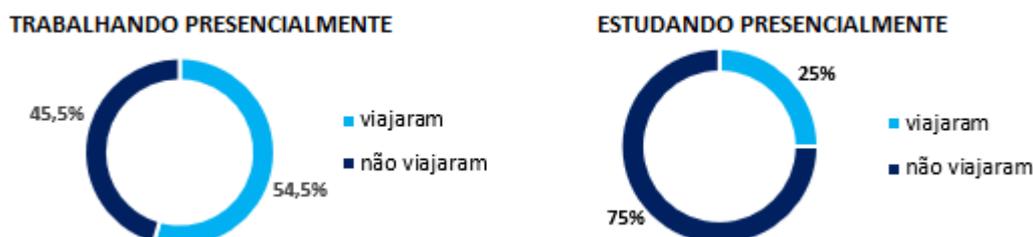
Figura 8 - Atividades remotas e realização de viagens a lazer durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

No cluster dos que estavam trabalhando presencialmente (Figura 9), minoria da amostra, conquanto haja uma predominância na realização de viagens (54,5% dos respondentes desse grupamento viajaram a lazer), a diferença percentual entre os que viajaram e não viajaram a lazer (9 pontos percentuais) é menor, se comparada àquela do cluster dos que trabalhavam remotamente (16,8 pontos percentuais). No grupamento dos que estudavam presencialmente, também minoritário no contexto da amostra, a tendência em não realizar viagens foi mais forte, perfazendo 75% do cluster (Figura 9).

Figura 9 - Atividades presenciais e realização viagens a lazer durante a pandemia

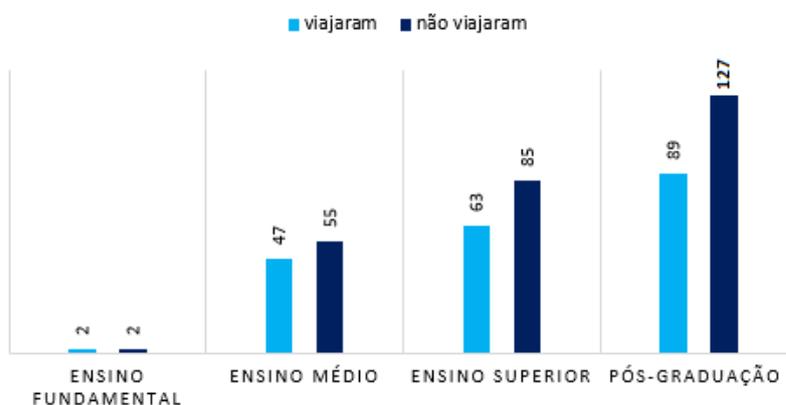


Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo geral, pelos dados apresentados, é possível observar que a realização de viagens a lazer foi mais forte entre os respondentes que exerciam atividades (trabalho e/ou estudo) de modo remoto. Dito isso, é possível afirmar que a crise econômica surgida a partir da pandemia afetou em parte as possibilidades de realizar viagens, mas não foi determinante. Apesar de a maior parte da amostra realizar atividades laborais remotamente durante a pandemia, o que tende a favorecer a possibilidade de realizar viagens, mesmo estando em ocupação laboral, isso não corroborou para que todos realizassem viagens. Nesse sentido, cabe verificar os fatores que influenciaram - ou não - na realização de viagens turísticas, como será visto no item b.

No que se refere à relação entre escolaridade e realização de viagens a lazer, os resultados apontam para uma correlação negativa entre as variáveis, isto é, quanto maior a escolaridade, menor é o percentual de respondentes dentro do cluster que realizaram viagens de lazer (Figura 10).

Figura 10 - Escolaridade e realização de viagens a lazer durante a pandemia

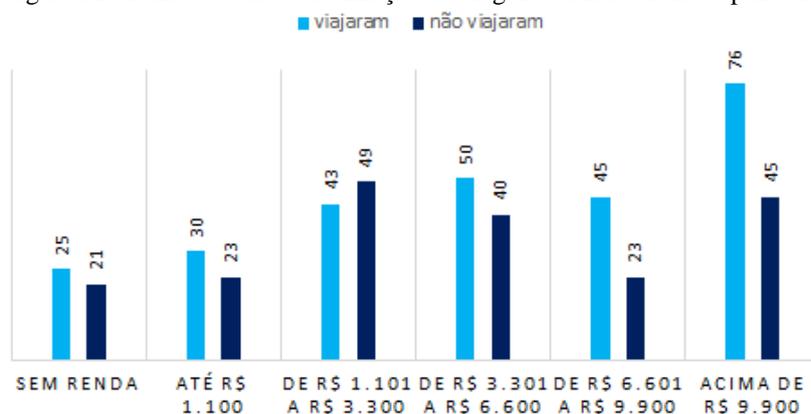


Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro dado relevante sobre a amostra se refere à renda média individual e à disponibilidade em viajar a lazer no contexto da pandemia. O cruzamento dos dados entre nível

de renda bruta mensal individual e realização de viagens aponta, de modo geral, para predominância de realização de viagens de lazer em todas as faixas de renda, exceto para a faixa de R\$ 1.100,00 a R\$ 3.300,00 (Figura 11). Nessa faixa, entretanto, a diferença percentual entre aqueles que realizaram e os que não realizaram viagens de lazer está dentro da margem de erro da pesquisa. As maiores diferenças percentuais encontram-se nas faixas “de R\$ 6.601,00 a R\$ 9.900,00” (32,4 pontos percentuais), “acima de R\$ 9.900,00” (25,6 pontos percentuais) e “até R\$ 1.100,00”, com 13,2 pontos percentuais de diferença. Se comparadas aos outros grupamentos do cluster, nas duas maiores faixas de renda, houve também as maiores predominâncias na realização de viagens de lazer.

Figura 11 - Faixa de renda e realização de viagens a lazer durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

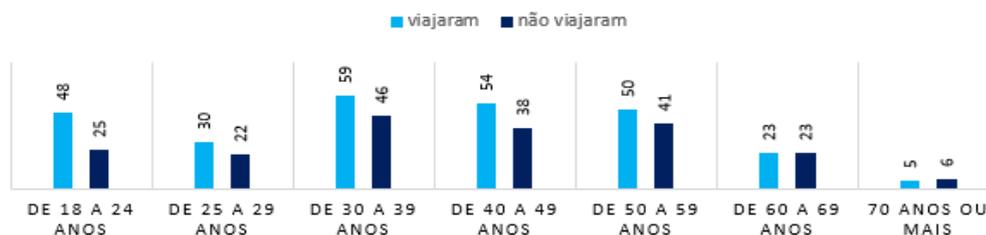
Isso significa que, embora a pandemia tenha agravado a situação econômica do país com altas taxas de desemprego, o fator renda não impediu que parte dos turistas fluminenses realizasse viagens a lazer. Como bem lembra Pearce (2003), a demanda turística é composta por motivações e capacidades de realizar viagens. As principais motivações referem-se à necessidade da fuga (ou deslocamento físico de lugar), ainda que temporária, do cotidiano pandêmico e “sufocante” e às condições de renda e possibilidades de continuidade dos trabalhos e estudos remotamente (capacidade de viajar, traduzidas por Pearce (2003, p. 67) em “poder gastar tempo e dinheiro”) foram aliados determinantes para que os fluxos turísticos ocorressem no período estudado.

No que se refere à faixa etária, é possível verificar que, em todas elas, a maioria dos respondentes realizou viagem a lazer, à exceção da faixa de 70 anos ou mais, em que a não realização de viagem a lazer predomina (Figura 12). Cabe ressaltar, aqui, que a diferença, embora represente 9,1 pontos percentuais, é, em números absolutos, de apenas um respondente.

Ressalte-se também que, nessa faixa etária, os percentuais estão dentro da margem de erro da pesquisa.

Observou-se ainda que as maiores diferenças, em pontos percentuais, ocorrem nas faixas etárias mais jovens. Na faixa de 18 a 24 anos, a diferença foi de 31,5 pontos, na faixa de 40 a 49 anos, a diferença foi de 17,4 pontos, seguida das faixas 25 a 29 anos e 30 a 39 anos, com uma diferença de 15,4 e 12,4 pontos percentuais, respectivamente, entre os respondentes que viajaram e não viajaram a lazer.

Figura 12 - Faixa etária e realização de viagens a lazer durante a pandemia



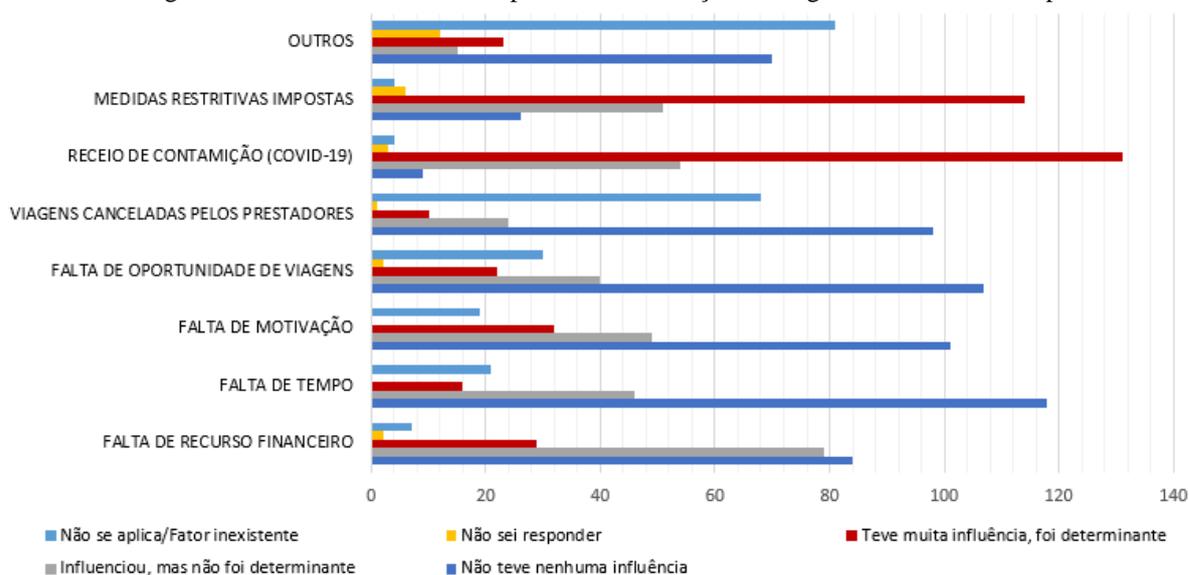
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em certa medida, tal resultado comportou-se dentro do esperado, já que a idade se constitui em fator de risco para complicações mais sérias com a infecção pelo coronavírus, de modo que a população mais idosa se torna mais vulnerável no contexto pandêmico. Este, pelo menos, era o entendimento das autoridades sanitárias durante as duas primeiras ondas da pandemia no qual a pesquisa se contextualiza.

a) Fatores que influenciaram a não viajar

Objetivando compreender as razões daqueles que não realizaram viagens a lazer no período de abril de 2020 e fevereiro de 2021, foram apresentados aos respondentes oito possíveis motivos que influenciaram sua decisão de não viajar no período. Para cada motivo apresentado, foi solicitado que marcassem o grau de influência em sua decisão. Os resultados foram tabulados na Figura 13 abaixo.

Figura 13 - Fatores determinantes para a não realização de viagens a lazer durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os motivos determinantes para a não realização de viagens de lazer referem-se, em sua maioria, às questões de ordem sanitária: receio de contaminação e/ou medidas restritivas impostas pelas autoridades. A primeira denota uma preocupação e decisão de não viajar a lazer de cunho pessoal, enquanto a segunda revela que a decisão de não viajar está vinculada a uma imposição.

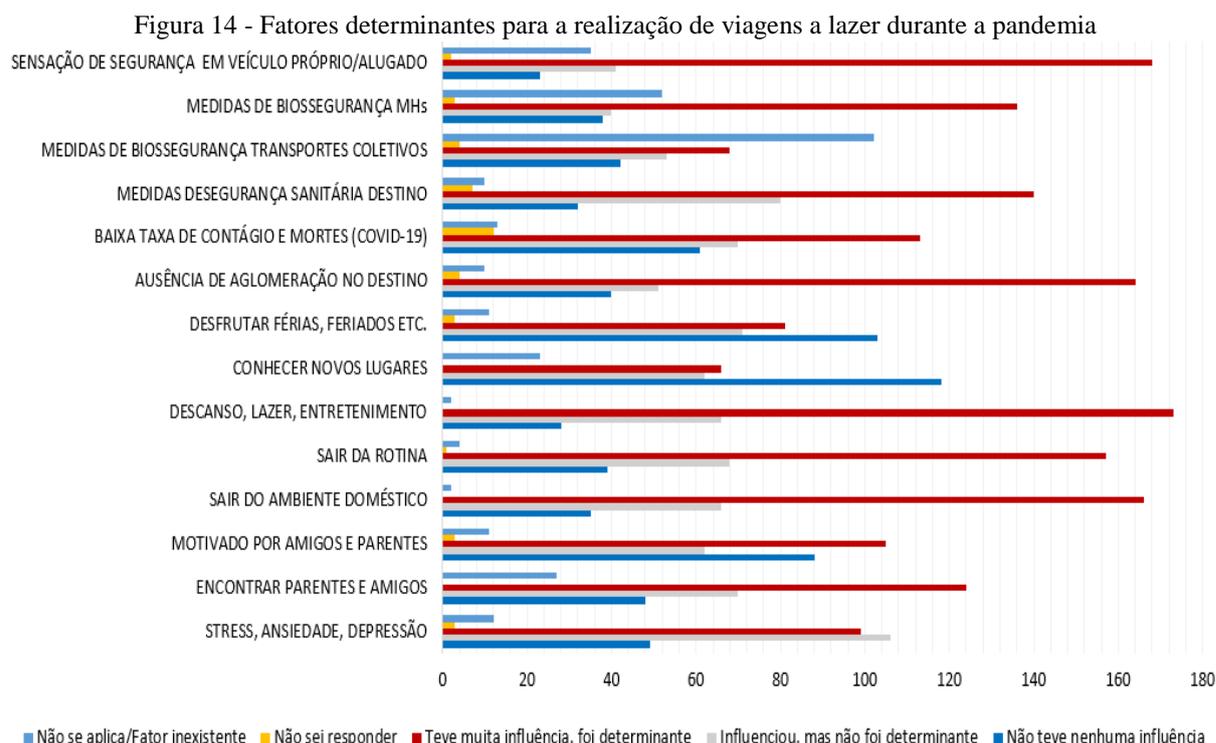
Os fatores mais apontados como não tendo exercido nenhuma influência na decisão de não viajar a lazer (ou seja, não eram questões relevantes na tomada de decisão) foram: falta de tempo, falta de oportunidade, falta de motivação e cancelamento de viagens pelos prestadores. A falta de recursos financeiros também aparece como item com considerável número de respostas não teve nenhuma influência. É preciso salientar, entretanto, que, no caso de recursos financeiros, o número de respostas que apontava esse quesito como sem nenhuma influência na decisão é praticamente igual ao número de respostas indicadas como influenciou, mas não foi determinante, indicando que, apesar não determinante, a falta de recursos financeiros era um fator considerado.

b) Fatores que influenciaram a viajar

Dentre os fatores mais apontados como determinantes para realização de viagens de lazer, encontram-se: necessidade de descanso, lazer e entretenimento; sensação de segurança em viajar em veículo próprio ou alugado; sair do ambiente doméstico; ausência de aglomeração no destino; medidas de segurança sanitária no destino; medidas de biossegurança nos meios de

hospedagem; necessidade/vontade de encontrar parentes e amigos e baixa taxa de contágio e mortes (Covid-19) no destino (Figura 14).

No que se refere aos fatores com nenhuma influência para a realização das viagens a lazer, destacam-se: conhecer novos lugares; desfrutar de férias, feriados e datas comemorativas; medidas de biossegurança nos transportes coletivos e motivação de parentes e amigos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo geral, as respostas apontam para uma preocupação com as condições sanitárias nos deslocamentos e destinos (exceção feita aos deslocamentos realizados por modais coletivos)⁶, bem como uma necessidade de alterar a rotina devido aos vários meses de confinamento impostos pelas medidas restritivas de circulação. Nesse quesito, é importante ponderar que a RMRJ concentra 74,01% da população do estado estimada para o ano de 2018 (IBGE, 2017), que vive em espaços mais exíguos (característicos dos grandes centros), se comparados aos locais de moradia das cidades interioranas, de modo que as restrições de circulação tendem a provocar maior incômodo.

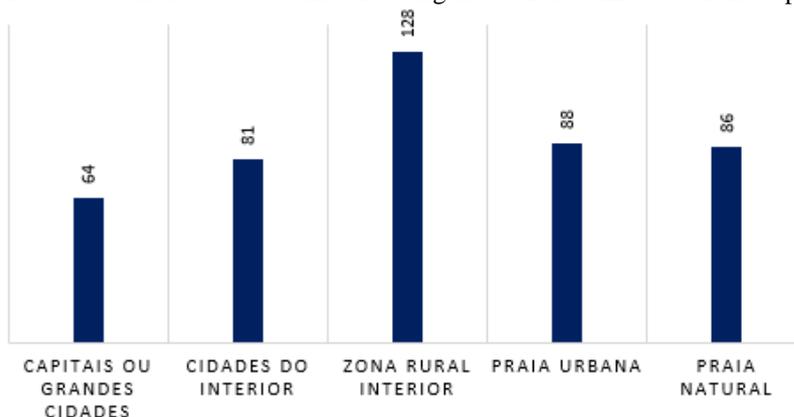
⁶ Os modais coletivos foram utilizados de modo minoritário por aqueles que realizaram viagens a lazer. Há que se considerar aqui que, nos deslocamentos para longas distâncias (fora do estado do RJ e para o exterior), o modal aéreo, na maioria dos casos, era a única opção disponível.

c) Características dos destinos e meios de hospedagem utilizados

A eleição dos destinos por aqueles que realizaram viagens a lazer, de acordo com a maioria das respostas da amostra, apontava para uma tendência de locais onde as chances de contato com um grupamento maior de pessoas fosse reduzido, como é o caso das áreas rurais de municípios do interior do estado e de localidades com praias com baixo grau de urbanização (Figura 15).

Aqui, faz-se necessário ressaltar que a pandemia, em seu período inicial, apresentava um perfil geográfico concentrado em cidades que funcionavam como portões de entrada de turistas no país, situados, preponderantemente, nas capitais estaduais e cidades metropolitanas. A interiorização dos casos passa a ocorrer em um segundo momento. Desse modo, é possível compreender o porquê de as áreas interioranas terem predileção enquanto destinos de lazer no período analisado.

Figura 15 - Características dos destinos nas viagens a lazer realizadas durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

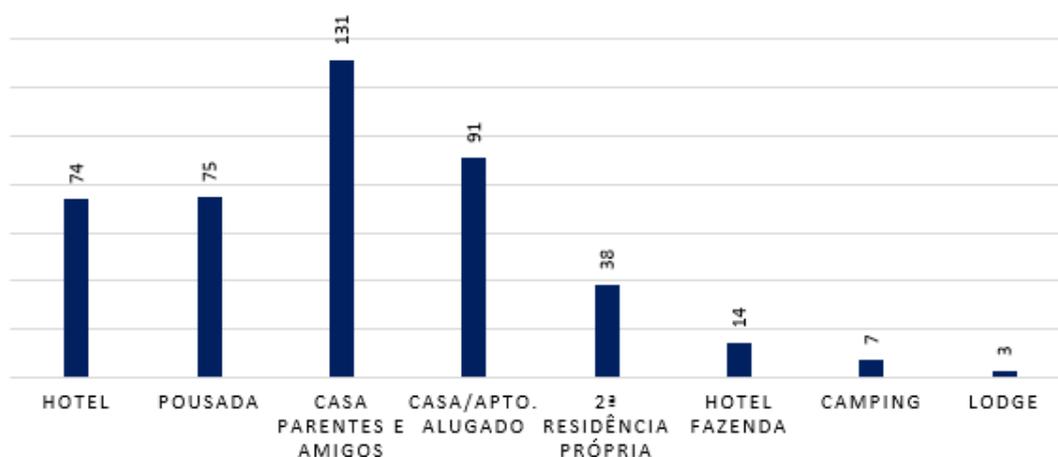
De certo modo, os destinos escolhidos para a realização de viagens turísticas tiveram sua economia dinamizada pela chegada de turistas fluminenses que, se não fosse a pandemia, poderiam ter eleito destinos mais distantes. Contudo, esse cenário pode ter corroborado também para que houvesse a interiorização da pandemia, conforme Cândido *et. al.* (2020) apontam em seu estudo realizado para grandes centros urbanos.

De fato, como constatado por Moura (2021), com base no trabalho de Nicoletis *et al.* (2021), os aeroportos internacionais (localizados nos grandes centros) foram os principais pontos de penetração do SARS-Cov-2 no Brasil, relatando ainda que, a partir deles, a epidemia da Covid-19 passa a se espalhar, em seus estágios iniciais, por outras áreas do país, seguindo alguns padrões de interiorização e concentração, quais sejam: grandes cidades, consideradas

como “super-propagadoras” e portões de entrada; rede rodoviária, notadamente as rodovias federais, que “responderam por cerca de 30% da propagação de casos e interiorização no país”; e concentração de casos em grandes e médias cidades, onde se localizam as unidades de terapia intensiva utilizadas no tratamento dos casos mais graves.

No que se refere aos meios de hospedagem, os resultados apontam para uma predileção por tipologias em que há, aparentemente, maior controle, por parte dos usuários, de circulação e contato com estranhos, tais como casa de parentes e amigos, imóvel alugado e segundas residências, que concentraram 60% no conjunto das respostas (figura 16).

Figura 16 - Meios de hospedagem utilizados nas viagens a lazer realizadas durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores.

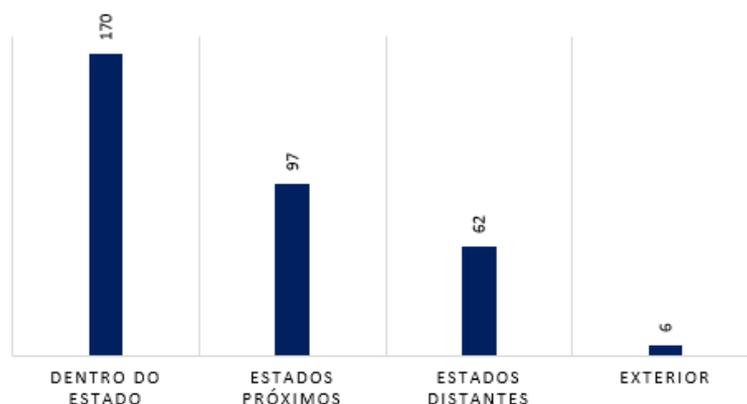
Mas é importante reconhecer que, somados, hotéis e pousadas, apresentam-se como segunda opção, apontando que houve movimentação econômica do setor, em especial, após a criação e a adoção dos protocolos de segurança sanitária. Conforme Moraes *et al.* (2020), este foi um dos setores mais afetados pela pandemia no estado do Rio de Janeiro, tendo sua recuperação alcançada, de forma lenta e gradativa, a partir de setembro de 2020, quando houve flexibilização nas normas sanitárias e abertura dos atrativos e serviços relacionados.

d) Distância percorrida nas viagens de lazer e modais de transporte

Outro aspecto importante que corrobora para explicar o comportamento do turista fluminense, durante o período especificado, é a distância percorrida entre o local de origem e o destino receptivo, podendo ser: dentro do estado de residência; próximo ao estado de residência; distante do estado de residência e para o exterior. Os achados apontam para uma correlação positiva entre a realização de viagens de lazer e destinos próximos, ou seja, quanto mais

próximo é o destino do estado do Rio de Janeiro, maior é a concentração de viagens de lazer realizadas (figura 17).

Figura 17 - Proximidade dos destinos em relação ao local de origem nas viagens a lazer realizadas durante a pandemia



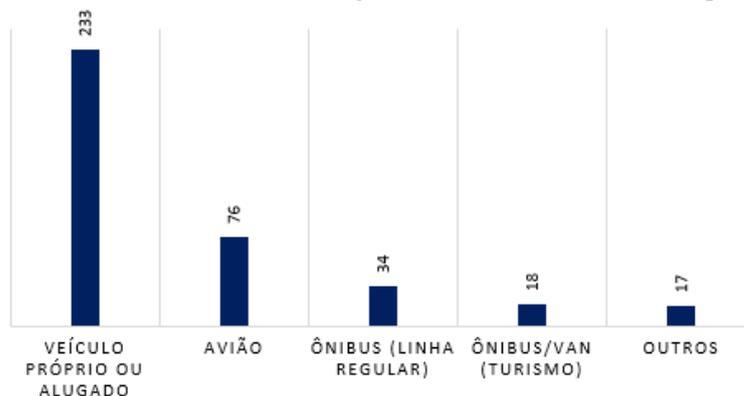
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em certa medida, tal comportamento está dentro do esperado, dado o grau de transmissibilidade do vírus e as recomendações sanitárias de isolamento social e restritivas às aglomerações. Algumas características da viagem favorecem essa interpretação: possibilitam a utilização de modais de transporte terrestres não coletivos, com conforto; privacidade restrita aos usuários e acesso direto entre origem e destino, percorrendo distâncias médias e curtas que podem ser vencidas em curto espaço de tempo, limitando, assim, o tempo de exposição e risco de contaminação (PALHARES, 2002).

Para o estado do Rio de Janeiro, a implementação de políticas públicas de estímulo à realização de viagens dentro dos limites estaduais pode ter corroborado para o comportamento apresentado na Figura 17, como é o caso do programa “Rio seu melhor presente”.

No que se refere aos modais de transportes utilizados nas viagens, dentre os respondentes que realizaram viagens de lazer, a amostra indica uma concentração na utilização de veículos próprios ou alugados (Figura 18), justamente os que permitem maior controle e menor aglomeração, já que possuem menor capacidade de transporte de passageiros e são compartilhados por membros de uma mesma família ou núcleo de amigos mais próximos. Além disso, ter um veículo próprio ou ter condições de alugá-lo para a realização de viagens a lazer coincide com o perfil da amostra, ou seja, indivíduos com renda média abrangida pelas classes média e alta.

Figura 18 - Modais utilizados nas viagens a lazer realizadas durante a pandemia



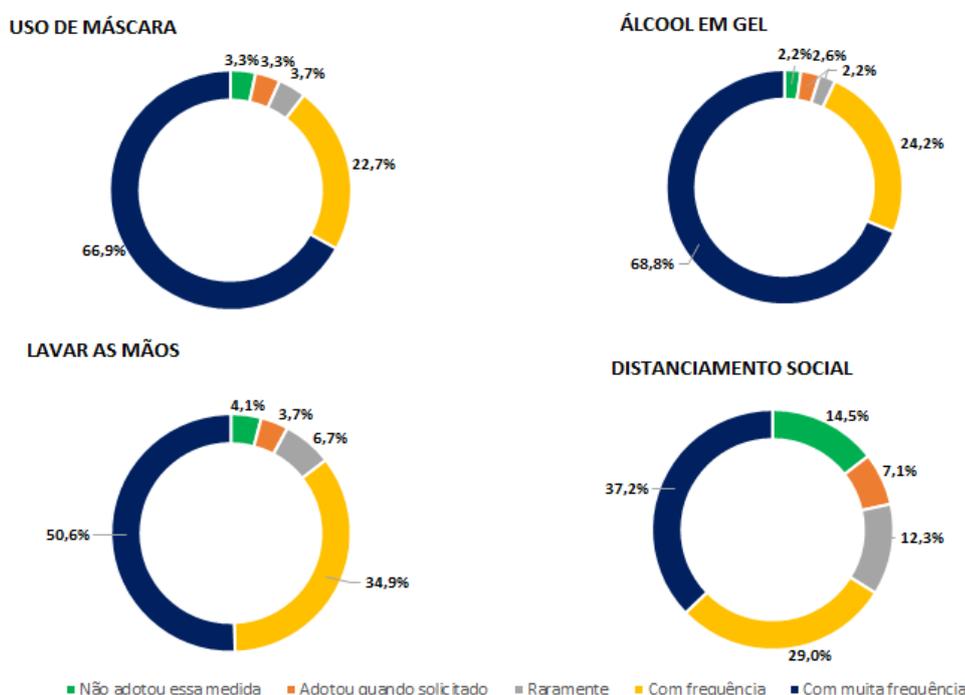
Fonte: Elaborado pelos autores.

e) Adoção de medidas de proteção em viagens de lazer

Na realização de deslocamentos, a adoção de medidas de proteção é fundamental para evitar o espalhamento da pandemia. Em sua maioria, os turistas fluminenses adotaram medidas de proteção durante as viagens a lazer, em deslocamentos e nas atividades realizadas nos destinos, assumindo que o fizeram com frequência ou muita frequência. Essas medidas envolvem: distanciamento social (61,2%), lavagem das mãos (85,5%), uso de máscara (89,6%) e uso do álcool em gel (93%), sendo estes dois últimos, especificamente, adotados com muita frequência (66,9% e 68,8%, respectivamente).

Como pode ser verificado na figura 19, o distanciamento social, embora tenha sido uma das medidas protetivas com frequência regular, foi a que menos foi adotada, tendo 33,9% de respostas enquadradas como não adotada ou adotada quando solicitado/obrigado ou ainda raramente adotada. Esta é também uma das medidas de proteção sobre a qual se tem menos controle individualmente. Nenhum respondente indicou a adoção de outro tipo de medida protetiva em suas viagens a lazer.

Figura 19 - Adoção de medidas protetivas de saúde durante as viagens a lazer realizadas durante a pandemia



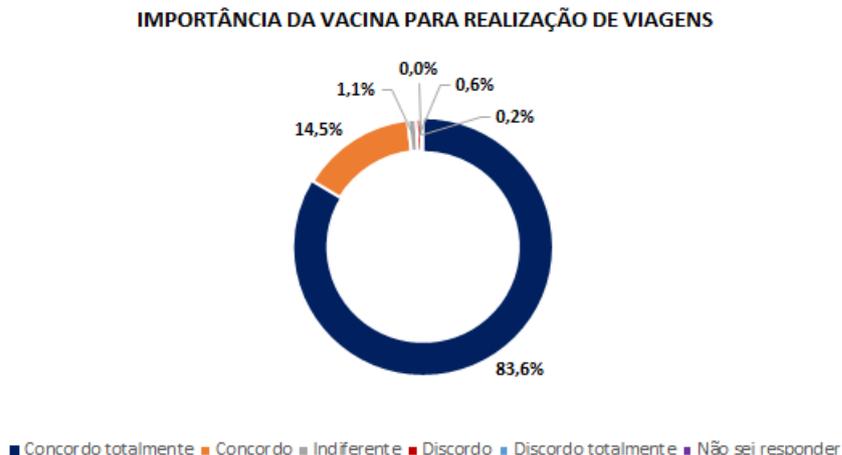
Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando que a Ciência direcionou o entendimento, por parte da população, a respeito dos processos de contaminação, a adoção de medidas de proteção é fundamental para diminuir a circulação e evitar a disseminação do SARS-CoV-2 pelo país. Portanto, a imposição de tais medidas por governantes e sua adoção por turistas, nos deslocamentos e destinos visitados, tende a contribuir para a confiança na segurança das viagens turísticas e, conseqüentemente, para a retomada gradual do turismo, mesmo no contexto da pandemia.

f) Relação entre as ações do poder público, vacinação e realização de viagens

Quando confrontada com a afirmação “a vacinação contra a Covid-19 é importante para retomar as viagens com segurança”, a grande maioria dos 470 pesquisados (98,1%) apontou concordar de alguma maneira com a afirmativa. Aqueles que concordam totalmente representam 83,6% e os que indicaram apenas concordar representam 14,5% da amostra (Figura 20).

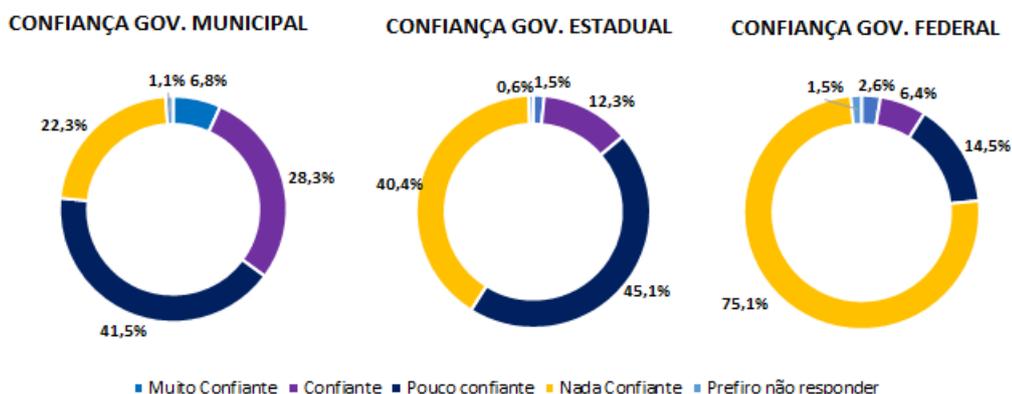
Figura 20 - Importância da vacinação para a realização de viagens



Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere ao nível de confiança na condução do enfrentamento à pandemia por parte do poder público, em suas diferentes esferas, há uma inequívoca descrença por parte dos pesquisados com percentuais de pouca ou nenhuma confiança superiores a 60% em todas as esferas de governo (Figura 21). Destaca-se que, dentre as três esferas (municipal, estadual e federal), a federal apresenta os maiores índices de pouca ou nenhuma confiabilidade (89,6%), seguida da estadual (85,5%) e municipal (63,8%). A postura negacionista do governo federal e a “guerra” travada com os governadores de diversos estados (incluindo o Rio de Janeiro) no que se refere à condução da crise pandêmica, com seu não alinhamento às diretrizes e protocolos sanitários e proliferação de informações desencontradas, podem ter tido relevante influência no nível de confiança depositado ao governo central.

Figura 21 - Nível de confiança no poder público municipal, estadual e federal na condução do enfrentamento à pandemia



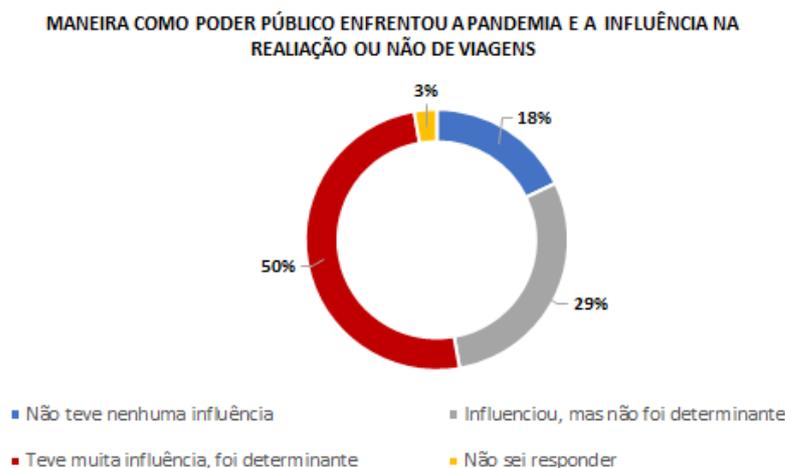
Fonte: Elaborado pelos autores.

Seguindo a lógica inversa, a despeito de, em todas as esferas de governo, a suspeição ser maior que o nível de confiabilidade na condução do enfrentamento à pandemia, na esfera municipal, percebe-se um percentual de confiabilidade (confiantes e muito confiantes) maior (35,1%), se comparado às esferas estadual e federal que possuem percentuais de 13,8% e 9,0%, respectivamente.

O nível de confiabilidade na condução do enfrentamento da pandemia por parte do poder público parece ter reflexos diretos na decisão de realização ou não de viagens. Nesse sentido, foi perguntado: “a maneira como o poder público enfrentou a pandemia influenciou na quantidade de viagens que realizou, ou deixou de realizar, durante o período de abril de 2020 a fevereiro de 2021?”.

A figura 22 apresenta a tabulação das respostas em que é possível verificar que 50% da amostra aponta que o modo como poder público vem enfrentando a pandemia foi determinante em sua decisão de viajar ou não. Outros 29,4% reconhecem a influência, embora julguem não ter sido determinante em suas decisões finais. Apenas cerca de 18% responderam que a maneira como o poder público tem enfrentado a pandemia não teve nenhuma influência em sua decisão de realizar ou não viagens ou no número de viagens realizadas. Ou seja, a postura e a atuação do poder público frente à pandemia foram fatores relevantes na tomada de decisão de se viajar nesses tempos tão adversos, gerando maior ou menor confiança nos turistas na realização de suas viagens.

Figura 22 - Influência da condução do poder público no enfrentamento à pandemia no número de viagens realizadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

ALGUNS COMENTÁRIOS FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender o comportamento de turistas residentes no estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia da Covid-19, analisando a participação do Estado em meio à crise desencadeada no setor de turismo.

A pesquisa foi realizada com levantamento, por meio eletrônico, e recorte temporal de 11 meses, contados a partir do anúncio da situação da pandemia no Brasil, em março de 2020. Especificamente, foi descrito o perfil sociodemográfico da amostra, não-probabilística e não estratificada, analisando-se o comportamento por meio da realização ou não de viagens no período da pandemia, bem como as motivações principais desses deslocamentos. Quando da realização de viagens com fins turísticos, caracterizou o uso de meios de transporte e de hospedagem, bem como padrões na adoção de medidas de proteção sanitária. A amostra, composta por 470 respostas válidas, foi tratada, em termos estatísticos, com a abordagem descritiva, combinada, em alguns momentos, com a abordagem multivariada.

De acordo com os resultados alcançados, a pesquisa demonstrou que os turistas fluminenses foram influenciados em suas decisões por não viajar para fins de lazer devido às restrições impostas pelo Estado e, também, por questões de ordem pessoal vinculadas aos aspectos sanitários, ou seja, receio de contaminação, o que alterou a capacidade de consumo dos serviços, impactando a economia de regiões turísticas consolidadas.

Por sua vez, há aqueles que, mesmo durante a pandemia, realizaram viagens de lazer. Estes respondem pela maioria das respostas e podem ter o comportamento caracterizado, de um modo geral, como turistas que realizaram viagens para destinos próximos à sua origem, utilizando automóvel e hospedando-se em casa de amigos ou parentes, devido à preocupação para reduzir o contato físico e o tempo de exposição.

Esses turistas fluminenses justificaram seus deslocamentos com base na necessidade de alterar a rotina de isolamento e distanciamento, associada à inevitabilidade de manter as medidas sanitárias. Certamente, o comportamento dos turistas que realizaram viagens pode ter colaborado em dois sentidos: (i) primeiro, pode ter colocado a população residente dos destinos a uma maior exposição ao SARS-CoV-2, corroborando para aumento da contaminação, sobretudo em situações em que as medidas sanitárias não tenham sido cumpridas com rigor; (ii) segundo, de modo contraditório, o fluxo de turistas colaborou para uma “oxigenação” nas economias locais, “estranguladas” pelas medidas de constrição sanitária impostas pelo Estado.

Conforme já apontado, em diferentes momentos, ao longo do recorte temporal da pesquisa, as políticas públicas reativas à Covid-19, no âmbito estadual, restringiram e/ou

afrouxaram as medidas restritivas de circulação dos cidadãos e funcionamento das atividades econômicas. Num primeiro momento, quando da decretação da pandemia no estado, em março de 2020, houve um conjunto de ações que se mostraram bastante restritivas, culminando em alguns períodos de *lockdown*. A partir de julho do mesmo ano, entretanto, diante de um maior conhecimento a respeito do comportamento do vírus, da dinâmica da pandemia e, também, de pressões de diversos setores econômicos, foi estabelecida uma série de protocolos de segurança sanitária que permitiram elaborar e executar um plano de retomada e abertura gradativa de estabelecimentos e atividades econômicas, incluindo aquelas vinculadas ao turismo.

Há que se ressaltar aqui que essas pressões exercidas por diversos representantes da *trade* para a retomada das atividades e afrouxamento das medidas restritivas de circulação contribuíram, em certa medida, para acelerar a criação dos protocolos sanitários e gestões inovadoras com articulação de diversas entidades e instâncias públicas e privadas para mitigação dos impactos decorrentes da pandemia no setor.

Por outro lado, entretanto, conforme apontam Nagamine et al. (2020), a flexibilização precoce das medidas restritivas para retomada da atividade econômica teve duas consequências indesejáveis: incremento do número de casos de contaminação em razão do aumento da circulação de pessoas e deslocamento dos problemas de colapso do sistema de saúde, verificados inicialmente nas áreas metropolitanas, para o interior dos estados.

É importante ressaltar que as medidas impostas pelo Estado, sobretudo pelos governos municipal e estadual, foram absolutamente necessárias para evitar o aumento do número de mortes, visto que a campanha de vacinação, organizada pelo governo federal, demonstrou-se com ritmo lento e cruelmente afetada por uma postura negacionista da Ciência como fonte para orientar as decisões para conter a crise, por parte de algumas lideranças.

Nesse sentido, não se pode separar o contexto político da análise sobre o comportamento do turista fluminense, visto que, diante desse momento inédito do mundo e, também, do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, em que a crise convida o Estado a participar ativamente das políticas de saúde e proteção social (CARVALHO, 2020), o comportamento do turista deve ser entendido para além de um sujeito consumidor, já que seu comportamento está relacionado, sobretudo, às questões de vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. M. et al. Reflexões sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 nos destinos turísticos “categoria A”, no estado do Rio de Janeiro. In: CRUZ, R. C. A. et. al. **Turismo em**

tempos de Covid-19: ensaios sobre casos na Argentina, Brasil, Moçambique e Portugal. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2020.** Volume 47, ano base 2019. 2. ed., março de 2021. MTur. (documento eletrônico). Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CARVALHO, L. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado.** Todavia: São Paulo, 2020.

CHACHO, A. N. B; AZEVEDO, F. F. O turismo no contexto da sociedade informacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 4, n. 2, p. 31-48, maio-ago. 2010.

COSTA, M. A. M. et al. Rio de Janeiro: cenário turístico carioca em tempos de pandemia. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 39, e61340, 2021.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MOURA, R. A pandemia nas metrópoles: números e notas sobre a evolução dos óbitos pela COVID-19. **Observatório das Metrópoles.** Artigo Semanal 29 jul. 2021 (documento eletrônico). Disponível em <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-pandemia-nas-metropoles-numeros-e-notas-sobre-a-evolucao-dos-obitos-pela-covid-19/>> Acesso em: 29 jul. 2021.

NAGAMINE, L.; FERREIRA, G.; KRÜGER, C.; MOURA, R. Disseminação da covid-19 nas faixas de fronteira terrestre e litorânea do Brasil. **Revista Tempo do Mundo**, n. 23, ago. 2020.

NICOLELIS, M. A. L.; RAIMUNDO, R. L. G.; PEIXOTO, P.; ANDREAZZI, C. S. The impact of super-spreader cities, highways, and intensive care availability in the early stages of the COVID-19 epidemic in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, artigo n. 13001, 2021.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

PAGE, S. J. **Transporte e turismo: perspectivas globais.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.

PALHARES, G. L. **Transportes turísticos.** Aleph: São Paulo, 2002.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: Fluxos e regiões no mercado de viagens.** Aleph: São Paulo, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

UJVARI, S. C. **História das epidemias**. Aula inaugural do curso de pós-graduação da Fiocruz/PE. FioCruz, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XShCpLHK8pE>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

WILDER-SMITH, A.; CHIEW, C. J; LEE, V. J. Can we contain the COVID-19 outbreak with the same measures as for SARS? **The Lancet - Infectious diseases**, v. 20, maio 2020.